

• Política

CONSTITUINTE

Conservadores afirmam que Bernardo Cabral "é homem nosso"

por Francisco Stella Fogó de Brasília

O substitutivo a ser apresentado até o próximo dia 23 pelo deputado Bernardo Cabral, relator da comissão de sistematização da Constituinte, terá o integral apoio do Centro Democrático do PMDB, um grupo conservador do partido que, segundo o deputado Expedito Machado, um de seus articuladores, reúne 120 parlamentares. "O Cabral é um homem do Centro Democrático, é nosso", pondera Expedito Machado.

JOSE RICHÁ

O Centro Democrático surgiu no início da Constituinte a partir dos coordenadores das bancadas estaduais. Bernardo Cabral é coordenador da bancada de seu estado, o Amazonas. O relator da Comissão de Sistematização tem grande identidade com o grupo também conservador de 32 constituintes, articulado pelo senador José Richá (PMDB-PR), que se empenha em fazer o que Cabral, por impedimento regimental, não pôde fazer até agora: suprimir e aprovar as

propostas aprovadas nas Comissões Temáticas.

O grupo do senador José Richá praticamente concluiu ontem o seu trabalho. Suprimiu disposições importantes previstas no projeto Cabral, como a estabilidade no emprego aos noventa dias e a reintegração à ativa dos anistiados por crimes políticos.

Caso Bernardo Cabral acolha em seu substitutivo as propostas do grupo do senador José Richá, o Centro Democrático o apoiará, declara Expedito Machado. Ontem, três representantes do Centro Democrático compareceram à reunião de um outro grupo que se forma na Constituinte, articulado pelos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Delfim Neto (PDS-SP) e pelos senadores Jorge Vianna e Roberto Campos. O grupo faz circular um manifesto em defesa da livre iniciativa e imagina que poderá colher até 280 assinaturas de apoio, número suficiente para fazer aprovar qualquer proposta na Constituinte.

Progressistas e moderados começam a negociação sobre texto da Carta

por Andrew Greenless de Brasília

"A busca de um método de confluência." O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, definiu assim a primeira reunião entre dois blocos parlamentares, ocorrida ontem pela manhã. Com a presença de aproximadamente quinze constituintes de diversos partidos, membros do "Grupo do consenso" (PMDB progressista, parte do PFL e representantes do PT, PDT, PCB e PDC) e do "Grupo dos 32", de centro, formado por parlamentares de todos os partidos.

Por ser preliminar, o encontro foi cauteloso de parte a parte. As questões polêmicas ficaram para adiante, enquanto se acertou que cada um dos dois blocos entregará ao outro os resultados de seus respectivos trabalhos de análise do anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. O "Grupo dos 32" esperava concluir seu texto, que tem por volta de

240 artigos (contra 501 do anteprojeto), entre a noite de ontem e a manhã de hoje. Já o "Grupo do consenso" dividiu-se em dezenove subgrupos, um por cada tema, que completarão seus estudos até segunda-feira.

EMENDAS EM BLOCO ATÉ DIA 13

Nesse dia os dois blocos reúnem-se novamente, para realizar o que o deputado Plínio de Arruda Sampaio classificou de "ecumenismo". Os coordenadores dessa iniciativa de entendimento esperam poder apresentar emendas em bloco até o dia 13, quando se encerra o prazo para tal. O senador Virgílio Távora, do PDS, acredita que assuntos como tributação, definição de empresa nacional, reserva de mercado, saúde e educação poderão entrar nesse acordo.

O "Grupo dos 32", no entanto, já esbarra nas divisões internas. A reforma agrária nem chegou a ser analisada profundamente pelo bloco centrista, porque ficaram claras as di-

vergências quanto às formas de desapropriação de terras.

Enquanto isso, o "Grupo de consenso" tem sua fórmula para o assunto. Segundo Plínio de Arruda Sampaio, os membros concordam que a indenização aos proprietários deve ser feita em títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos, com dois de carência. Os grupos conservadores na Constituinte prometem atacar esta tese e defender o pagamento em dinheiro.

ESQUERDA

A esquerda também decidiu formar seu bloco na Constituinte, ontem. Na biblioteca do Senado, representantes do PT, PC do B, PDT, PSB e do Movimento de Unidade Progressista (MUP, dissidência do PMDB) reuniram-se para iniciar articulações com vistas à votação em plenário. Ainda segundo Plínio de Arruda Sampaio, o grupo conta com aproximadamente cem votos na Constituinte. Mesmo assim, se quiserem aprovar suas te-

ses, os membros da esquerda precisarão entrar em negociações com os demais blocos, já que, para ser incluída na nova Carta, uma proposta necessitaria de 280 votos.

PLEBISCITO

A Comissão de Sistematização não teve quórum, ontem, para votar o projeto do líder do PDT, Brandão Monteiro, que defende um plebiscito sobre o sistema de governo a ser adotado no País e a duração do mandato presidencial. A proposta volta, agora, à mesa diretora da Constituinte.

Outra proposta de plebiscito, desta vez da nova Carta como um todo, foi retirada da pauta por seu autor, o deputado Virgílio Guimarães, do PT. Ele tomou essa decisão depois que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, se mostrou disposto a discutir o princípio da consulta popular sobre temas constitucionais. Os entendimentos deverão ocorrer nos próximos dias.

Parlamentares do Sul fazem documento com propostas à Assembléia

por Guilherme Arruda de Porto Alegre

Defesa do sistema federativo, com independência aos estados para elaborarem seus textos constitucionais, proibição à União de fazer concessões em cima de tributos estaduais e reforma tributária justa em 1988. Estes são os principais pontos de um documento elaborado ontem, durante encontro de deputados gaúchos, catarinenses e paranaenses, em Porto Alegre. O texto final do documento será conhecido hoje, e na segunda-feira ele será entregue ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e às lideranças partidárias.

O encontro, promovido pela União Parlamentar Interestadual (UPI) serviu para discutir questões comuns à região Sul, e, a exemplo do que ocorre com os executivos dos três estados no Codesul, foi lançada a idéia de encontros semestrais com os parlamentares e governadores desses estados.

Na abertura do encontro, o deputado Algir Lorenzon, presidente da assembléia gaúcha, salientou que todos os segmentos da sociedade hoje estão envolvidos com a Constituinte, sendo constantemente ouvidos nas discussões de questões polêmicas, e neste contexto os deputados estaduais precisam estar envolvidos.

"Se não nos articulamos, continuaremos a sofrer a desatenção do governo federal, preocupado apenas em atender a outras regiões", destacou o deputado Germano Rigotto, para o qual o documento elaborado ontem é um instrumento de pressão para que não haja mais penalizações por parte da União sobre os estados da região Sul.

Outro ponto que obteve o consenso dos deputados dos três estados foi a afirmação por um federalismo autêntico. Conforme o deputado Jarbas Lima, que preside a comissão de estudos constitucionais da assembléia gaúcha, "por ironia, os estados do Sul são economicamente os mais ricos, mas financeiramente os mais pobres".



NPK + MICRONUTRIENTES
AGORA TEM NOME:

SOMAX